

RELATÓRIO REUNIÃO PREPARATÓRIA

Rede de Proteção e Fluxo de Atendimento à Pessoa com Deficiência

Data: 30 de julho de 2026

Horário: 09h

Local: Sala de Reunião da ACIAA — Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Araras/SP

Participações institucionais

A reunião contou com representantes e profissionais vinculados às áreas de **Segurança Pública, Saúde, Assistência Social e Educação**, além de participantes de outras frentes institucionais relacionadas à proteção e garantia de direitos.

Como convidada principal, participou a **Delegada Dra. Maria Valéria Novaes**, Delegada de Polícia Titular da **6ª Delegacia de Proteção à Pessoa com Deficiência do DHPP — São Paulo**, acompanhada de sua equipe, incluindo profissional da área de Assistência Social vinculada ao **Instituto Jô Clemente (IJC)**.

MAPA DE CONTEÚDO DA REUNIÃO

Este mapa permite localizar rapidamente os assuntos tratados, facilitando consultas futuras e o aproveitamento do documento como instrumento de memória, estudo e planejamento institucional.

- 1. Contextualização e finalidade da reunião**
- 2. Experiência da 6ª Delegacia de Proteção à Pessoa com Deficiência**
- 3. Atuação do Centro de Apoio Técnico e do Instituto Jô Clemente**
- 4. Acessibilidade e barreiras enfrentadas pela pessoa com deficiência**
- 5. Capacitismo, linguagem e postura dos profissionais**
- 6. Tipos de violência e violações de direitos**
- 7. Registro, documentação e proteção**
- 8. A rede de proteção como responsabilidade compartilhada**
- 9. Encaminhamento, referenciamento e acompanhamento**
- 10. Construção de fluxo e protocolo municipal**
- 11. Avaliação de risco e situações de urgência**
- 12. Atendimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência**
- 13. Comunicação acessível e recursos tecnológicos**
- 14. Articulação entre Segurança Pública, Saúde, Assistência Social e Educação**
- 15. Possibilidade de uma referência municipal para a pessoa com deficiência**
- 16. Gargalos e desafios identificados para Araras**

17. Potenciais desdobramentos

18. Conclusão técnica

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E FINALIDADE

A reunião foi realizada no contexto de um processo de articulação intersetorial voltado à **construção e ao aperfeiçoamento da rede de proteção e do fluxo de atendimento à pessoa com deficiência no município de Araras**.

Conforme relatado durante o encontro, uma situação concreta envolvendo pessoa com deficiência evidenciou dificuldades de comunicação entre os serviços, dúvidas quanto aos encaminhamentos e ausência de um protocolo formal suficientemente estruturado. A partir dessa experiência, iniciou-se um processo de aproximação entre os diferentes setores da rede, sendo a reunião de 30 de julho de 2026 apresentada como uma etapa de continuidade desse trabalho.

O objetivo central não foi apenas discutir casos isolados, mas compreender como os diferentes serviços devem atuar diante de situações de **violência, suspeita de violência, vulnerabilidade e violação de direitos**, buscando construir um fluxo que permita maior clareza sobre responsabilidades, encaminhamentos e continuidade do atendimento.

A própria equipe convidada ressaltou que um protocolo deve ser construído a partir da realidade de cada município e não simplesmente reproduzido de outra localidade, considerando os serviços efetivamente existentes, seus recursos, competências e limitações.

2. EXPERIÊNCIA DA 6ª DELEGACIA DE PROTEÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Dra. Maria Valéria Novaes apresentou a experiência da 6ª Delegacia de Proteção à Pessoa com Deficiência, destacando que a unidade existe desde 2014 e possui estrutura policial própria, com delegada, investigadores e escrivães, associada ao apoio de profissionais especializados.

Foi explicado que a delegacia conta com o **Centro de Apoio Técnico**, formado em parceria entre estruturas estaduais e o Instituto Jô Clemente, possibilitando o atendimento conjunto entre profissionais da área policial e especialistas em atendimento à pessoa com deficiência.

A lógica apresentada é de que a demanda chega à delegacia, passa por uma triagem e, conforme a situação, recebe apoio de assistente social, psicólogo ou intérprete de Libras, enquanto os aspectos de natureza policial são conduzidos pelos profissionais da Polícia.

A experiência demonstrou que a presença de profissionais especializados amplia a capacidade de acolhimento e reduz barreiras no atendimento.

Também foi ressaltado que nem toda situação levada ao conhecimento da delegacia corresponde necessariamente a um crime. A equipe relatou situações em que pessoas com deficiência procuram a unidade para obter auxílio diante de barreiras encontradas em outros serviços públicos.

3. CENTRO DE APOIO TÉCNICO E INSTITUTO JÔ CLEMENTE

A profissional Regiane apresentou o trabalho do Instituto Jô Clemente e explicou que a parceria junto à delegacia existe desde 2018.

O Centro de Apoio Técnico foi apresentado como estrutura destinada a atender pessoas com deficiência que tenham vivenciado **violência ou violações de direitos**, com participação de psicólogos, assistentes sociais e intérpretes de Libras.

A equipe destacou que grande parte dos atendimentos envolve pessoas surdas e relacionou essa realidade à existência de recursos de acessibilidade na unidade. Segundo o relato apresentado, muitas pessoas acabam procurando a delegacia porque não conseguiram acessar adequadamente outros serviços, revelando que a ausência de acessibilidade em determinada política pública pode provocar a migração da demanda para outro equipamento.

Esse aspecto foi considerado relevante para a análise da rede, uma vez que demonstra que **a porta de entrada ideal pode deixar de funcionar quando o serviço não consegue garantir acessibilidade**.

4. ACESSIBILIDADE E BARREIRAS

A reunião tratou a acessibilidade de forma ampla, não limitada às adaptações físicas.

Foram discutidas barreiras:

- arquitetônicas e urbanísticas;
- comunicacionais;
- tecnológicas;

- atitudinais;
- relacionadas ao acesso à informação.

A equipe destacou que a existência formal de uma adaptação não garante necessariamente sua efetividade. O atendimento precisa ser acessível na prática.

Também foi abordada a necessidade de utilização de **linguagem simples** em cartilhas, documentos, sites e demais materiais públicos, especialmente para reduzir barreiras de compreensão.

Outro ponto relevante foi a compreensão de que a acessibilidade deve ser considerada desde o início da organização dos serviços e dos fluxos, e não como elemento complementar incorporado somente posteriormente.

5. CAPACITISMO, LINGUAGEM E POSTURA PROFISSIONAL

A equipe dedicou parte significativa da reunião à discussão do **capacitismo**, entendido no encontro como conjunto de comportamentos, atitudes e concepções que reduzem, infantilizam ou desvalorizam a pessoa com deficiência.

Foram discutidos exemplos de infantilização, surpresa diante das conquistas da pessoa, desconsideração de sua autonomia, tratamento inadequado e utilização de terminologias consideradas ofensivas ou inadequadas.

A ideia central apresentada foi que a transformação da rede precisa começar pelos próprios profissionais. A rede não deve ser vista como algo externo aos trabalhadores: **os próprios agentes públicos também compõem a rede de proteção.**

A exposição também reforçou que a pessoa com deficiência deve ser tratada como sujeito de direitos, respeitando-se sua condição de adulto, sua autonomia, suas escolhas e sua dignidade.

Esse aspecto possui relevância prática porque demonstra que a qualidade do fluxo não depende apenas de formulários e protocolos. **O comportamento institucional dos profissionais também constitui parte do atendimento.**

6. TIPOS DE VIOLÊNCIA E VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Durante a apresentação, foram abordadas diversas formas de violência e violação que podem atingir pessoas com deficiência, entre elas:

Violência física: agressões corporais, lesões e outras condutas de dano físico.

Violência psicológica: ameaças, chantagens, diminuição da autoestima e ameaças de abandono.

Violência sexual: situações envolvendo relações não desejadas, força, ameaça, manipulação, chantagem ou outras formas de abuso.

Negligência: omissão de cuidados essenciais, inclusive em situações relacionadas a alimentação, medicamentos e acompanhamento.

Violência patrimonial: retenção de cartões, benefícios ou recursos; apropriação indevida de valores; destruição de bens ou equipamentos.

Violência moral: exposição, ofensas, divulgação de informações e outras condutas destinadas a humilhar ou prejudicar.

Violência relacionada ao cuidado: administração indevida de medicamentos, retenção de medicamentos, restrição de autonomia, invasão de privacidade, toques inadequados e destruição de equipamentos de tecnologia assistiva.

Foram apresentados casos concretos para demonstrar que muitas dessas situações podem ocorrer dentro do próprio ambiente familiar ou de cuidado.

A equipe chamou atenção ainda para a necessidade de evitar a banalização da violência. Mesmo quando determinado tipo de ocorrência é frequente, sua repetição não deve ser utilizada para naturalizar o problema.

7. REGISTRO, DOCUMENTAÇÃO E PROTEÇÃO

Um dos pontos de maior relevância técnica da reunião foi a defesa da **formalização das providências por meio de registros e relatórios**.

Foi apresentado um caso grave envolvendo pessoa com deficiência que permanecia acamada em ambiente doméstico, enquanto equipes de saúde enfrentavam dificuldades para acessar o local. Segundo o relato, diferentes integrantes da rede já haviam produzido relatórios e comunicado a situação aos órgãos competentes. Ainda assim, o caso terminou com a morte da pessoa, encontrada sem vida após longo período.

O episódio foi utilizado como exemplo para demonstrar que os profissionais precisam registrar adequadamente suas providências, comunicações e tentativas de atuação.

A orientação predominante foi de que os serviços:

- registrem formalmente os fatos conhecidos;
- documentem as providências adotadas;

- encaminhem as situações aos órgãos competentes;
- mantenham comprovação das comunicações realizadas;
- observem os limites de sigilo e proteção de dados.

A documentação foi apresentada não apenas como mecanismo de memória, mas também como forma de **proteção institucional e profissional**, permitindo demonstrar que determinada equipe reconheceu o problema e tomou as providências que estavam ao seu alcance.

8. A REDE DE PROTEÇÃO COMO RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

A expressão central que atravessou os debates foi a compreensão de que **a rede é formada pelas próprias pessoas e instituições que atuam nela**.

Foi criticada a prática de tratar o fluxo como instrumento para transferir a responsabilidade de um órgão para outro, produzindo uma sequência em que cada serviço encaminha a demanda sem assumir efetivamente sua parte.

A avaliação apresentada foi de que a rede funciona melhor quando os atores trabalham em conjunto, respeitando suas competências e evitando a lógica de “passar a responsabilidade adiante”.

A discussão reforçou que cada órgão deve saber:

- o que precisa fazer;
- quando deve agir;
- para quem deve encaminhar;
- quais informações precisam ser comunicadas;
- como confirmar a continuidade do atendimento.

A fragmentação, portanto, foi apresentada como um dos principais riscos para a efetividade da proteção.

9. ENCAMINHAMENTO, REFERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO

Esse foi um dos pontos mais relevantes da reunião para a construção futura do fluxo municipal.

A equipe explicou que **encaminhar não significa necessariamente resolver**.

Foi apresentada uma experiência em que o serviço de origem, após encaminhar determinada pessoa para outro equipamento, realiza contato posterior para verificar se houve efetivamente atendimento.

A lógica apresentada foi a seguinte:

Encaminhamento: a pessoa é direcionada ao serviço adequado.

Referenciamento: o serviço de destino confirma que recebeu a pessoa.

Acompanhamento: verifica-se a continuidade necessária do atendimento.

A equipe enfatizou que o caso não deve ser considerado concluído simplesmente porque um documento foi entregue à pessoa. É necessário, sempre que aplicável, verificar se ela chegou ao serviço de destino.

Essa lógica apresenta grande potencial para o futuro protocolo municipal de Araras, pois permite transformar o encaminhamento em um processo verificável.

10. ACOLHIMENTO E AUSÊNCIA DE JULGAMENTO

Outro princípio destacado durante a reunião foi a necessidade de **acolher sem realizar julgamento antecipado**.

Ao receber relato de possível violência, o profissional da rede não deve assumir o papel de investigador ou juiz da situação.

A orientação apresentada foi:

1. acolher;
2. escutar;
3. registrar;
4. descrever tecnicamente;
5. evitar acusações não comprovadas;
6. encaminhar aos órgãos competentes.

Nesse sentido, foi ressaltado que o profissional pode registrar que determinada pessoa **relatou, informou ou referiu** ter sofrido determinada situação, sem transformar automaticamente o relato em conclusão definitiva.

A apuração da eventual ocorrência criminal deve permanecer com os órgãos que possuem competência para investigação.

11. CONSTRUÇÃO DE FLUXO E PROTOCOLO MUNICIPAL

A equipe apresentou um modelo de protocolo como referência, deixando claro que o município de Araras não deve simplesmente reproduzir um modelo externo.

O protocolo deve ser construído a partir da realidade municipal, identificando os serviços efetivamente disponíveis e suas respectivas responsabilidades.

Entre os princípios apresentados para um protocolo de atendimento estão:

- proteção integral;
- humanização;
- acessibilidade;
- atendimento digno e acolhedor;
- integração da rede;
- redução da fragmentação;
- redução da revitimização;
- definição de responsabilidades.

Foi especialmente destacada a necessidade de evitar que a pessoa atendida tenha de repetir sua história inúmeras vezes para diferentes serviços, pois essa repetição pode produzir nova exposição e sofrimento.

Assim, o fluxo deve buscar **continuidade sem revitimização**.

12. AVALIAÇÃO DE RISCO E SITUAÇÕES DE URGÊNCIA

A reunião também apresentou uma lógica de classificação das situações conforme o grau de risco.

Alto risco

Casos de violência em curso, ameaça grave ou risco iminente à vida, exigindo resposta imediata e articulação rápida dos serviços.

Risco intermediário

Situações de violência recorrente ou alta vulnerabilidade, sem risco imediato de morte, demandando acompanhamento estruturado.

Baixo risco

Situações que exigem monitoramento preventivo e fortalecimento da rede de apoio.

Essa estrutura foi apresentada como referência de organização do atendimento e deverá ser posteriormente adaptada e validada antes de eventual incorporação ao protocolo municipal.

13. ATENDIMENTO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS

Um dos pontos de maior interesse para a rede municipal foi a discussão sobre o atendimento de **pessoas adultas com deficiência**.

Representação da Educação relatou que existem estruturas de atendimento educacional especial que acompanham pessoas com deficiência além dos 18 anos e que, em situações de violência, surgem dúvidas quanto ao encaminhamento adequado e aos órgãos que devem ser acionados.

Foi ressaltado que, quando a pessoa é adulta, o fluxo não pode simplesmente reproduzir a lógica utilizada para crianças e adolescentes.

A questão foi reconhecida como um dos pontos que precisam ser melhor definidos no município.

Nesse sentido, o futuro protocolo deverá especificar claramente:

- quem é a porta de entrada;
- quando acionar a Polícia;
- quando acionar Assistência Social;
- quando acionar Saúde;
- quais registros devem ser produzidos;
- como ocorrerá o referenciamento;
- como será tratado o acompanhamento posterior.

A própria discussão demonstrou que **o atendimento de jovens e adultos constitui uma lacuna operacional importante a ser enfrentada pela rede local**.

14. COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Durante a reunião, foi apresentado o recurso conhecido como **São Paulo Libras**, descrito como ferramenta tecnológica que permite apoio de intérprete de Libras para atendimento em locais onde não há intérprete presencial.

A equipe informou que esse recurso pode auxiliar pessoas surdas em diferentes serviços e não apenas na área policial.

Ao mesmo tempo, foi ressaltado que a existência de tecnologia não garante automaticamente acessibilidade. É necessário que os profissionais conheçam, aceitem e utilizem os recursos disponíveis.

Esse ponto oferece uma oportunidade concreta para Araras: **mapear quais recursos de acessibilidade já estão disponíveis e verificar o grau de conhecimento e utilização deles pelos diferentes serviços da rede.**

15. ARTICULAÇÃO ENTRE SEGURANÇA, SAÚDE, ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO

A reunião demonstrou que cada setor possui uma função própria, mas que nenhuma dessas áreas consegue responder isoladamente à totalidade das situações.

Educação

Foi destacada a posição estratégica das escolas para identificação precoce de sinais de violência e vulnerabilidade, devido ao contato contínuo com crianças, adolescentes e, em determinados casos, adultos.

Saúde

Foi mencionada a capacidade da rede de identificar situações, realizar atendimentos e atuar por meio de seus mecanismos de notificação.

Assistência Social

Foi destacada a atuação nas proteções básica e especial, incluindo CRAS, CREAS e acompanhamento familiar.

Segurança Pública

Foi apresentada como responsável pelas providências policiais e pela investigação quando há notícia de possível crime.

A principal conclusão dessa integração foi que **a efetividade depende da articulação entre os setores e não apenas da qualidade individual de cada serviço.**

16. POSSIBILIDADE DE UMA REFERÊNCIA MUNICIPAL PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Durante a reunião surgiu uma proposta considerada estrategicamente relevante: a criação ou fortalecimento de um **ponto de referência municipal para a pessoa com deficiência**.

A motivação apresentada foi a dificuldade enfrentada por cidadãos que procuram diferentes equipamentos e acabam sendo sucessivamente encaminhados de um serviço para outro sem encontrar uma referência clara.

A ideia apresentada não necessariamente pressupõe uma nova secretaria. Poderia consistir em uma estrutura de referência capaz de:

- organizar demandas;
- orientar usuários;
- articular encaminhamentos;
- acompanhar fluxos;
- reunir informações;
- identificar gargalos;
- produzir dados;
- subsidiar o Poder Público.

A própria equipe convidada considerou que uma referência desse tipo poderia permitir ao município produzir dados suficientes para identificar suas necessidades e, futuramente, pleitear estruturas especializadas.

Esse ponto apresenta potencial estratégico para o desenvolvimento de políticas públicas municipais.

17. PRINCIPAIS GARGALOS IDENTIFICADOS

A partir da reunião, podem ser destacados os seguintes desafios para a realidade de Araras:

- 1. Ausência de protocolo formal suficientemente consolidado.**
- 2. Dificuldade de definir claramente a porta de entrada em determinados casos.**
- 3. Necessidade de melhorar a comunicação entre os órgãos.**
- 4. Risco de encaminhamentos sem confirmação de chegada ao serviço de destino.**

5. Necessidade de fortalecer o referenciamento e o acompanhamento.
 6. Lacunas específicas no atendimento de adultos com deficiência.
 7. Barreiras de acessibilidade comunicacional, tecnológica e atitudinal.
 8. Dependência de conhecimento pessoal dos profissionais para solucionar casos.
 9. Necessidade de padronizar registros e relatórios.
 10. Necessidade de estabelecer contatos institucionais de referência.
 11. Necessidade de capacitação permanente da rede.
 12. Necessidade de produzir dados para subsidiar decisões e políticas públicas.
-

18. POTENCIAIS DESDOBRAMENTOS

A reunião fornece elementos concretos para uma próxima etapa de trabalho.

Entre os possíveis desdobramentos, destacam-se:

18.1. Mapeamento da rede

Levantar os serviços existentes, suas competências, contatos, horários, recursos de acessibilidade e limitações.

18.2. Desenho do fluxo municipal

Construir um fluxograma visual e posteriormente transformá-lo em protocolo formal.

18.3. Definição de responsabilidades

Estabelecer claramente o papel de cada órgão e o momento em que cada serviço deve atuar.

18.4. Criação de padrão de encaminhamento

Desenvolver formulário ou modelo de encaminhamento que facilite a comunicação interinstitucional.

18.5. Criação de mecanismo de referenciamento

Definir como o serviço de origem verificará se a pessoa chegou efetivamente ao equipamento indicado.

18.6. Criação de indicadores

Posteriormente, acompanhar dados como:

- número de casos identificados;
- porta de entrada;
- encaminhamentos realizados;
- referenciamentos confirmados;
- tempo de resposta;
- situações de risco;
- principais barreiras encontradas.

18.7. Formação continuada

Capacitar os integrantes da rede em:

- atendimento humanizado;
- capacitismo;
- acessibilidade;
- escuta qualificada;
- registro técnico;
- comunicação interinstitucional;
- identificação de violências.

19. LEITURA ESTRATÉGICA PARA A GESTÃO MUNICIPAL

A reunião demonstrou que Araras já possui diferentes atores e estruturas capazes de integrar uma rede de proteção, mas que a existência dos serviços, por si só, não garante a existência de uma rede funcional.

Para que a rede seja efetivamente institucionalizada, é necessário transformar conhecimentos e práticas atualmente dispersos em **processos claros, documentados e replicáveis**.

Outro elemento importante é a necessidade de reduzir a dependência da memória individual dos servidores.

Um fluxo que funciona apenas porque determinado profissional “sabe para quem ligar” é vulnerável à troca de pessoas, à mudança de gestão e à perda de conhecimento.

O conhecimento produzido nesta reunião, portanto, não deve permanecer apenas na memória dos participantes.

Ele pode ser convertido em:

fluxo → protocolo → treinamento → registro → indicador → avaliação → melhoria contínua.

Essa lógica favorece a construção de verdadeira memória administrativa e de uma rede menos dependente de improvisações.

20. CONCLUSÃO TÉCNICA

A reunião evidenciou que a construção de uma rede de proteção à pessoa com deficiência exige mais do que a existência isolada de serviços públicos. É necessário que esses serviços consigam **se reconhecer como integrantes de um mesmo sistema de proteção**, com responsabilidades definidas, comunicação adequada e continuidade de atendimento.

A experiência apresentada pela Dra. Maria Valéria Novaes e por sua equipe acrescentou ao município referências práticas sobre acolhimento, acessibilidade, registro, atuação policial, apoio técnico especializado e organização de fluxos.

Ao mesmo tempo, a própria realidade apresentada pelos participantes de Araras demonstrou que existem avanços importantes, mas também pontos que ainda precisam ser institucionalizados, especialmente no que se refere à definição de fluxos, ao atendimento de adultos com deficiência, ao referenciamento, à comunicação intersetorial e à produção de registros padronizados.

A principal conclusão técnica decorrente da reunião é que **Araras não precisa simplesmente reproduzir um modelo externo; precisa construir seu próprio modelo de rede, a partir dos serviços que possui, das necessidades da população e das competências de cada órgão.**

A reunião, nesse sentido, representa uma etapa relevante de construção institucional e oferece elementos suficientes para que a próxima fase do trabalho avance da discussão para o **mapeamento da rede, definição do fluxo e posterior elaboração de protocolo municipal.**

21. PONTOS QUE MERECEM DESDOBRAMENTO

Tema	Situação identificada	Desdobramento sugerido
Fluxo	Práticas existentes, mas	Construção de fluxo

Tema	Situação identificada	Desdobramento sugerido
	sem protocolo consolidado	municipal
Adultos com deficiência	Dúvidas sobre encaminhamento	Criar fluxo específico
Referenciamento	Encaminhamento não garante chegada	Criar mecanismo de confirmação
Acessibilidade	Barreiras comunicacionais e atitudinais	Mapear recursos e capacitar profissionais
Documentação	Necessidade de respaldo e continuidade	Padronizar registros
Rede	Fragmentação e risco de transferência de responsabilidade	Definir papéis e pontos de contato
Dados	Informações dispersas	Criar indicadores e memória institucional
Referência municipal	Demanda por orientação e articulação	Avaliar estrutura/ponto de referência
Capacitação	Necessidade de mudança de postura	Formação continuada
Integração	Diferentes setores atuando separadamente	Institucionalizar articulação intersetorial



**CASA DOS
CONSELHOS**
— ARARAS —

Rede de Proteção e Fluxo de Atendimento à Pessoa com Deficiência

DIA/MÊS/ANO	HORÁRIO	Local: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E AGRÍCOLA (ACIA)
30/07/2026	09:00	Rua: PAUL HARRIS, 521 - CENTRO - ARARAS/SP
NOME COMPLETO		ASSINATURA
Maria Gazleggi Andrade		M. Andrade
Olicia Batista dos Santos		O. Santos
Marina Sierube Lima		M. Lima
Inerid Michele Nepomuceno		I. Nepomuceno
Rita de Cássia A. Bueno Pitoli		R. Pitoli
Elizângela C. Branco		E. Branco
Lucimara Marcondes Codora		L. Codora
Elizandra Bonon		E. Bonon
DANIEL BRASSI		D. Brassi
Maira Meneguim GCM		M. Meneguim
Yuliane Mello Dias		Y. Dias
Kassiana J. Azevedo Cassiano		K. Cassiano
Berthuz Dúcia de Souza		B. Souza
Lucimara Ay. das Silva		L. Silva
Jandra C. M. Dozena		J. Dozena
Angelina Vichieli		A. Vichieli
Antonio Carlos Renecho		A. Renecho
Reche Cristina Pegoraro Pagetti		R. Pagetti
Filipe Nogueira Guimarães		F. Guimarães
Fernanda Feliana Guirino		F. Guirino
Bruno Silvio Rodrigues		B. Rodrigues
Maria Valéria P.N.P. Santos		M. Santos
Regina AP-B. Gomes		R. Gomes
Paulo Henrique das Neves		P. Neves
Eduardo Feit		E. Feit
João Paulo Santos		J. Santos